



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - MG

PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO PROJETO DE LEI N.º 14, DE 2021

Dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do prazo para pagamento do IPTU e das taxas de serviços urbanos do Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relatora: Vereadora JANICLEIDE ALVES DA SILVA

I RELATÓRIO

Foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), no dia 10 de maio de 2021, para parecer na forma regimental, o Projeto de Lei n.º 14, de 2021, de autoria Prefeito Municipal.

O projeto é composto de três artigos.

O art. 1º estabelece que o prazo para pagamento à vista, em conta única, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), no exercício de 2021, será até o dia 20 de julho de 2021, com desconto de 10% (dez por cento), ou em três parcelas iguais, sem desconto, com vencimentos em 20 de julho, 20 de agosto e 20 de setembro de 2021.

O art. 2º dispõe que o prazo para pagamento à vista, ou cota única, das taxas de serviços urbanos, no exercício de 2021, será até 20 de julho de 2021, ou em três parcelas iguais, sem desconto, com vencimentos em 20 de julho, 20 de agosto e 20 de setembro de 2021.

O art. 3º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

É, em síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Da competência e iniciativa

A matéria do Projeto de Lei n.º 14, de 2021, inclui-se no âmbito da competência do Município, conforme previsto no art. 30, *caput* e inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 14, *caput* e inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Trata-se de projeto de lei cuja iniciativa é privativa do Prefeito. Portanto, não há vício quanto à capacidade de iniciar o processo legislativo.

2.2 Da técnica legislativa

A proposição em estudo se encontra redigida de forma razoável e necessita de pequenas alterações para adequá-la à boa técnica legislativa, que serão feitas por ocasião do parecer de redação final, a ser elaborado por esta Comissão.

2.3 Da matéria

Sob o ponto de vista legal, é permitido parcelar o pagamento do IPTU e das taxas de serviços urbanos, bem como conceder desconto pela antecipação do pagamento.

O poder de parcelar o pagamento de crédito tributário é inerente ao poder de tributar. O art. 155-A, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), faculta o parcelamento do crédito tributário não vencido ou vencido, desde que autorizado por lei específica. No caso de tributo de competência do Município, o parcelamento deve ser autorizado por lei municipal.

Já a possibilidade de concessão de desconto pela antecipação de pagamento está expressamente prevista no parágrafo único, do art. 160, do Código Tributário Nacional.

De acordo com esse dispositivo do CTN, pode a legislação de cada tributo conceder descontos pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Há que destacar que o autor do projeto optou por conceder desconto somente para pagamento à vista do IPTU.

Segundo o § 1º, do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000), os benefícios tributários de caráter geral não configuram renúncia de receita.

Com efeito, o aludido dispositivo menciona sete hipóteses que devem ser consideradas como renúncia de receita, sendo que para as quatro primeiras situações – anistia, remissão, subsídio e crédito presumido – a lei não impõe qualquer condição para que elas integrem o conceito de renúncia; já para as três últimas hipóteses – isenção, redução de alíquota e base de cálculo e outros benefícios – o legislador impôs adjetivação específica, considerando como renúncia, apenas, as isenções em caráter não geral, a alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições (isenções parciais) e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Nessas últimas hipóteses, é fácil perceber que a intenção do legislador não foi outra senão a de restringir a incidência da norma.

Como o desconto por pagamento à vista do IPTU, previsto no projeto, é de caráter geral, não concedido a contribuintes específicos, deduz-se que o benefício não pode ser caracterizado como renúncia de receita.



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - MG

Desse modo, não é obrigatória a observância, no presente caso, das condições estabelecidas no art. 14, *caput* e incisos I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão acolhe o voto da relatora e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 14, de 2021,

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2021.

JANICLEIDE ALVES DA SILVA
Relatora

ELMAR FERNANDES DE RESENDE
Presidente

JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)
Membro

